



UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE

ESCOLA SUPERIOR DE DESENVOLVIMENTO RURAL

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA RURAL

**Análise da Sustentabilidade dos Comitês Locais de Gestão Risco de
Calamidades do Distrito de Govuro, Província de Inhambane.**

Licenciatura em Comunicação e Extensão Rural

Autora:

Angélica Filipe Fernando Boa

Vilankulo-2015

Angélica Filipe Fernando Boa

Tema:

Análise da Sustentabilidade dos Comités Locais de Gestão Risco de Calamidades do Distrito de Govuro, Província de Inhambane.

Trabalho de Culminação de Curso
Apresentado ao Departamento de
Sociologia Rural da Universidade
Eduardo Mondlane – Escola
Superior de Desenvolvimento
Rural para a obtenção do grau de
Licenciatura em Comunicação e
Extensão Rural

Supervisora

Eng^a. Amélia Saraiva Monguela

UEM-ESUDER

Vilankulo

2015

Declaração de Honra

Declaro que este trabalho com o tema “*Análise da Sustentabilidade dos Comitês Locais de Gestão de Riscos de Calamidade do Distrito de Govuro, Província de Inhambane*” é resultado da minha investigação pessoal e das orientações do supervisor, o seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia final.

Declaro ainda que este trabalho não foi apresentado em nenhuma outra instituição académica para a obtenção de qualquer grau académico.

Vilankulo, Março de 2015

(Angélica Filipe Fernando Boa)

Dedicatória

Este trabalho é inteiramente dedicado a minha amada mãe **Maria Massingue** que me deu o seu incondicional e imensurável apoio, amor, atenção e carinho quando precisei principalmente nos momentos mais difíceis da minha formação.

Agradecimentos

Este trabalho só tornou-se realidade graças ao apoio e colaboração directa e indirecta de várias pessoas singular e colectivamente. Gostraria de apresentar os meus profundos agradecimentos a essas pessoas de forma especial:

Agradeço primeiro a Deus Jeová, pois tudo quanto realizei, nada foi por força própria mas sim porque ele providenciou-me pessoas certas como âncora para mim quando perdia forças para continuar;

A minha família no geral, que acreditou no meu potencial, sempre apoiou-me de diversas formas e abdicaram de certos privilégios para que minha vida académica fosse um sucesso. E em especial gostava de agradecer aos meus tios: Mita e José Massingue; meus irmãos: Marcos, Ernesto e Augusta; meus primos: Palmira, Elísio, Edmilson, Eulália, Felda, Zezinho e Avo pelos conselhos e apoio;

À minha supervisora Eng^a Amélia S. Monguela pela paciência, horas dedicadas para partilhar seus valiosos conhecimentos que serviram de guia para que esta pesquisa fosse uma realidade, tornando-se o meu nobre exemplo.

A todo corpo de docentes da ESUDER especialmente aos do Curso de Comunicação e Extensão Rural que aguçaram as minhas capacidades intelectuais;

Aos meus amigos e colegas: Marta, Marcelo, Sérgio, Dércio, e Miguel, que foram colegas irmãos nos momentos difíceis da carreira e que deram-me muita força para chegar até aqui;

Aos CLGRC de Govuro, que foi o grupo-alvo de estudo e que muito contribuiu no âmbito da pesquisa; Aos funcionários da secretaria Distrital e SDPI pela colaboração e calorosa recepção, e confiança. Ao INGC delegação de Vilankulo, por ter acreditado nas minhas capacidades de lidar com comunidades rurais e por ter permitido que participasse no projecto AMC/ GIZ;

Ao meu namorado Eufrásio Macajo, que sempre me apoiou com amor, conselhos, carinho, zelo e muita dedicação na minha formação. À todos, o meu muito obrigado.

Lista de Siglas e Símbolos

ADAV - Avaliação de Danos e Análise das Necessidades

CCGC - Conselho Coordenador de Gestão de Calamidades

CTDGRC – Conselho Técnico Distrital de Gestão de Riscos de Calamidades

GRC – Gestão de Riscos de Calamidades

INE - Instituto Nacional de Estatística

INGC – Instituto Nacional de Gestão de Calamidades

MAE- Ministério da Administração Estatal

MICOA - Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental

ONG – Organizações Não Governamentais

PGRC - Programa de Gestão de Risco e Calamidades

PL - Planos de Contingência

SAP – Sistema de Aviso Prévio

UAV - Unidade de Análise da Vulnerabilidade

° **C** – Graus celsius

% - Percentagem

Lista de Tabelas

Quadro 1 Principais acções desenvolvidas pelos CLGRCs	8
Quadro 2 Nível de Implantação do indicador equipamentos	18

Lista de Gráficos

Gráfico 1 Grau de implantação do indicador conhecimento nos CLGRCs	17
--	----

Lista de Apêndices

Apêndice 1 Guião de entrevista para os membros os membros do CLGRCs	II
Apêndice 2 Guião de entrevista para as comunidades de Govuro	III
Apêndice 3 Guião de entrevista para o conselho técnico distrital	IV

Lista de Anexos

Anexo 1 Estrutura de um CLGRCs	V
Anexo 2 Representação e localização da área de estudo	VI

Glossário

Aviso prévio - Comunicação de uma instância para outra ou vice-versa, de uma determinada situação, antes da sua ocorrência.

Calamidade - nível de danos e perdas causadas a uma determinada unidade social altamente vulnerável que não seja capaz de responder pelos seus próprios meios podendo recorrer a apoios externos.

Cheias – fenómenos naturais extremos e temporários, provocados por precipitações moderadas e permanentes ou por precipitações repentinas e de elevada intensidade.

Processo de Gestão de Risco de Calamidades: é um processo social complexo, por meio do qual a sociedade cria conhecimentos, gera consciência, analisa os níveis de risco que sofre ou enfrenta, garantindo um manejo de risco aceitável de acordo com as condições económicas, sociais, culturais, históricas e ambientais.

Risco – probabilidade de ocorrência de danos resultante da combinação entre ameaça e vulnerabilidade que afecta uma comunidade sem capacidade de contenção.

Seca – fenómeno que ocorre quando a precipitação fica abaixo dos níveis normais registados, causando sérios desequilíbrios que afectam adversamente os sistemas de produção de recursos da terra.

Simulação - Reprodução ou imitação, da forma mais aproximada possível do real, de uma determinada situação ou processo.

Vulnerabilidade – grau de fragilidade e de exposição em que uma unidade social com ou sem capacidade de intervenção se encontra e que permite ser afectada pelo impacto de uma ameaça.

Sustentabilidade – é uma característica ou condição de um processo ou de um sistema que permite a sua permanência, em certo nível, por um determinado prazo.

Resumo

O presente relatório resulta de uma pesquisa realizada no distrito de Govuro e tem como tema “*Análise da Sustentabilidade dos Comitês Locais de Gestão de Risco de Calamidade*”. Esta temática tem sido alvo de vários debates no âmbito de definição de estratégias que visam a melhorar o desempenho dos comités locais nos processos de gestão de riscos de calamidade. Tem como objectivo geral analisar a sustentabilidade dos comités locais de gestão de riscos de calamidades do distrito de Govuro. No âmbito da recolha de dados, efectuaram-se entrevistas semi-estruturadas, observações directas, bem como a revisão bibliográfica que também permitiu ter um aprofundamento em relação a temática em estudo. A amostra foi constituída por 66 pessoas que fazem parte de 4 CLGRC, e delegado distrital do INGC de Govuro, seleccionados intencionalmente. Os resultados da pesquisa mostram que em Govuro, as acções levadas a cabo pelos comités locais são marcadas pelo carácter de prevenção, mitigação e prontidão, apesar de serem irregulares e não abrangentes. Quanto aos indicadores de sustentabilidade dos comités, verificou-se que maior parte dos comités estão à margem destes indicadores. As análises mostram que em Govuro, os comités locais de gestão de riscos não são sustentáveis e os desempenhos são fracos e incipientes e isto tem como causas concorrentes, a falta de apoio por parte dos órgãos governamentais locais aos comités, falta de incentivos, o descrédito das populações em relação aos membros dos comités. Propôs-se finalmente algumas sugestões aos órgãos governamentais e ONG’s que actuam neste distrito com vista a assistir os comités para o seu melhor desempenho.

Palavras-chave: *Sustentabilidade. Comité Local de Gestão de Riscos de Calamidade.*

INDICE

AGRADECIMENTOS.....	i
LISTA DE SIGLAS E SIMBOLOS	ii
LISTA DE TABELAS	iii
LISTA DE GRAFICOS	iii
LISTA DE APÊNDICES	iii
LISTA DE ANEXOS.....	iii
GLOSSÁRIO.....	iv
RESUMO	v
I. INTRODUÇÃO	1
1.1 Contextualização	1
1.2 Problema de estudo.....	2
1.3 Justificativa.....	2
1.4.1 Geral:	3
1.4.2 Específicos:	3
II. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	4
2.1. Processo de formação do comité local de gestão de risco de calamidades	4
2.2. Funcionamento do comité local de gestão de risco de calamidades.....	4
2.3. Tarefas das subcomissões do CLGRC no processo de GRC	5
2.4. Acções levadas a cabo pelos CLGRCs no âmbito da GRC	7
2.5. Sustentabilidade dos comités locais de gestão de risco de calamidades.....	9
2.6. Indicadores de sustentabilidade dos comités locais de gestão de risco de calamidades	10
2.6.1. Conhecimento	10
2.6.2. Geração de Renda.....	10
2.6.3. Interação Com a Comunidade	11
2.6.4. Equipamento	11
2.7. Constrangimentos e Desafios dos comités locais de gestão de risco de calamidades	11

2.7.1. Constrangimentos dos comités locais de gestão de risco de calamidades.....	11
2.7.2. Desafios dos comités locais de gestão de risco de calamidades	12
III. METODOLOGIA.....	14
3.1 Descrição da área de estudo	14
3.1.1 Localização, superfície e população da área de estudo	14
3.1.2 Clima, solo e hidrografia de Govuro	14
3.2 População e Amostra	14
3.3 Técnicas de Recolha de dados.....	15
3.3.1 Pesquisa bibliográfica.....	15
3.3.2 Entrevista semi – estruturada	15
3.3.3 Observação directa	16
3.4. Análise dos resultados.....	16
3.4.1. Análise de conteúdo	16
IV. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	17
4.1. Resultados	17
4.1.1. Acções levadas a cabo pelos CLGRC de Govuro	17
4.1.2 Indicadores de sustentabilidade dos comités de Govuro no âmbito de gestão de riscos de calamidades.....	17
4.1.2.1 Conhecimentos	17
4.1.2.2 Geração de renda	18
4.1.2.3 Interacção com a comunidade	18
4.1.2.4 Equipamentos	19
4.1.3 Constrangimentos dos CLGRC do distrito de Govuro no desempenho das suas actividades	19
4.1.3.3 Desafios dos comités locais de GRCs de govuro	20
4.2 Discussão.....	21
4.2.1 Acções levadas a cabo pelos CLGRC de Govuro	21
4.2.2 Indicadores de sustentabilidade dos comités de Govuro no âmbito de gestão de riscos de calamidades.....	23

4.2.2.1 Conhecimento	23
4.2.2.2 Geração de Renda	23
4.2.2.3 Interação Com a Comunidade.....	24
4.2.2.4 Equipamentos	24
4.2.3 Constrangimentos dos CLGRC do distrito de Govuro no desempenho das suas actividades	25
4.2.3.1. Desafios dos comités locais de GRCs de govuro	26
V. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	27
5.1 Conclusão	27
5.2 Recomendações	28
VI. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	29
APÊNDICES /ANEXOS	31

I. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

As mudanças climáticas tem resultado em crescente exposição da sociedade humana e ambiente à eventos extremos como cheias, secas, e ciclones no mundo todo. Moçambique é um dos países extremamente vulneráveis a estes eventos na África Austral, pois frequentemente desastres relacionados com a mudança do clima que assumem-se em forma de cheias, ciclones e secas ameaçam milhares de moçambicanos e a sua frequência tende a aumentar nas últimas décadas principalmente nas regiões sul e centro do país. É cada vez mais evidente que o impacto destas calamidades influi negativamente no cumprimento dos objectivos e no processo do desenvolvimento económico sustentável do país, particularmente do Distrito de Govuro. (SILVA, 2013).

A alta vulnerabilidade de Moçambique despertou a atenção do governo e constituiu uma oportunidade única para se pensar e pôr em prática novos mecanismos de desenvolvimento que permitam reduzir o risco das populações vulneráveis e conferir maior sustentabilidade às intervenções levadas a cabo no terreno. Deste modo, para trazer eficácia no que diz respeito à resposta a ocorrência das calamidades naturais o Governo instituiu a nível distrital do país inteiro, Comitês Locais de Gestão de Risco de Calamidades (CLGRCs), com vista a capacitar e orientar a comunidade a desenvolver acções de prevenção, mitigação e prontidão, para fazer face à eventuais calamidades, (SILVA, 2013).

Os CLGRCs do distrito de Govuro, província de Inhambane, jogam um papel importante. São as estruturas mais próximas e estão directamente inseridos nas comunidades, que são principais vítimas que frequentemente têm sido fustigadas por fenómenos como cheias e ciclones, dada à localização geográfica do Distrito. Estas estruturas vem provando em vários pontos do país que o envolvimento activo das comunidades locais no processo de Gestão de Risco de Calamidade (GRC) tem logrado êxito através das actividades de sensibilização e capacitação das comunidades sobre os procedimentos a seguir antes, durante e depois das calamidades, o que é preponderante ou até determinante para a redução de danos. (SILVA, 2013).

Os CLGRCs tem relevância notável na redução de danos gerados pelos eventos extremos relacionados com a mudança do clima no país, deste modo é urgente reflectir-se sobre a

sustentabilidade dos mesmos, pois sem que os CLGRCs sejam alicerçados em uma base sólida de indicadores de sustentabilidade e superar algumas dificuldades, como deficiências de auto-sustentação financeira, escassez de fontes de apoio técnico, reduzirá o seu desempenho daí a crescente exposição de pessoas e bens levará a um aumento exponencial das perdas económicas derivadas de desastres relacionados com as mudanças do clima na província de Inhambane, distrito de govuro, (MICOA, 2005).

1.2 Problema de estudo

Govuro é um dos distritos do país mais vulnerável aos efeitos negativos das mudanças climáticas, devido à sua localização geográfica e clima, sua elevada dependência aos recursos naturais e a importância económica de sectores sensíveis à variabilidade climática como agricultura e pescas, ainda com limitada capacidade de adaptação. A prevalência de calamidades provocadas por fenómenos naturais ou humanos, desafia o governo local a estar preparado para prever, mitigar e combater os seus efeitos. Sendo assim, o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) instituiu neste distrito, CLGRC, um grupo de pessoas voluntárias da mesma comunidade, que se dedica a desenvolver actividades de prevenção, mitigação e prontidão nas suas comunidades.

No entanto, maior parte dos CLGRCs poucos anos depois de terem sido criados os seus membros começam a mostrar-se menos motivados para trabalhar, tem pouco interesse por questões relacionados com os CLGRCs, não participam mais nos encontros mesmo quando convocados, por fim abandonam o grupo levando à desagregação dos mesmos devido a falta de incentivos monetários, material de trabalho e até por falta de assistência por parte do CTDGRC e outras ONGs que actuam no distrito. Esta situação torna a população de Govuro ainda mais vulnerável a eventos extremos (ciclones e cheias), colocando em causa o cumprimento das metas, pleno e bom funcionamento dos comités no âmbito de gestão de riscos de calamidades e agravando a pobreza.

1.3 Justificativa

As calamidades naturais são encaradas de forma preocupante, pois, estas impactam negativamente sobre as pessoas e suas unidades sociais. Assim, a redução dos seus impactos através da intervenção dos CLGRC constitui preocupação em todas as esferas sociais, pois os CLGRCs tem como missão capacitar e orientar a comunidade a desenvolver acções de prevenção, mitigação e prontidão, para fazer face à eventuais calamidades e

reduzir os danos que destes podem advir que retrocedem o desenvolvimento. A incorporação dos indicadores de sustentabilidade nos CLGRCs è de extrema importância no sentido de poder melhorar o seu desempenho em relação à redução da vulnerabilidade das comunidades aos eventos climáticos, pois até o momento está evidente que não são sustentáveis de modo que não funcionam devidamente e não realizam todas as actividades pilares para que as comunidades aprendam a viver com os efeitos da mudança do clima como: prevenção, mitigação e prontidão.

O alicerce dos CLGRCs em indicadores de sustentabilidade garantirá o seu devido funcionamento em termos de acções de prevenção, mitigação e prontidão que visam reduzir o grau de vulnerabilidade, danos provocados pelos eventos climáticos, insegurança alimentar e sofrimento das populações afectadas que resultam no agravamento da pobreza no país.

1.4 Objectivos

1.4.1 Geral:

- Analisar a Sustentabilidade dos Comitês Locais de Gestão de Riscos de Calamidades do Distrito de Govuro;

1.4.2 Específicos:

- Identificar as acções levadas a cabo pelos comités no âmbito de gestão de riscos de calamidades;
- Descrever os indicadores de sustentabilidade dos comités no âmbito de gestão de riscos de calamidades;
- Identificar os constrangimentos e desafios dos CLGRC do distrito de Govuro no desempenho das suas actividades.

II. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. Processo de formação do comité local de gestão de risco de calamidades

A formação do CLGRC deve ser feita muito antes de acontecer a calamidade, através duma análise local e participativa de risco de calamidade natural e sócio natural, para que o comité tenha tempo de se constituir e trabalhar com a comunidade no sentido de consciencializa-la sobre os riscos e possíveis impactos da calamidade (INGC, 2003).

A missão do comité local de GRC é a de organizar-se para orientar a comunidade a desenvolver acções de Prevenção, Mitigação e Prontidão para se fazer face às calamidades; o processo de criação deste órgão deve ser coordenado com o Administrador Distrital e/o Secretario Permanente que se reúnem com líderes comunitários e régulos para explicar o que é um comité, as vantagens, funções e marcar a reunião com a comunidade de onde desenvolvem o processo de capacitação do comité, em aspectos de organização e técnica de trabalho sem que haja influência no processo de voluntariedade das pessoas na comunidade, os membros devem aderir da sua livre e espontânea vontade, promovendo a participação da mulher na estrutura do comité (INGC, 2009).

2.2. Funcionamento do comité local de gestão de risco de calamidades

Segundo INGC (2009), o CLGRC é dirigido por um coordenador escolhido por consenso pela comunidade local em coordenação com os líderes comunitários locais no acto da criação do comité e coadjuvado nas suas funções por um adjunto coordenador. Este grupo é acompanhado nas suas actividades pelo Conselho Técnico Distrital Gestão de Calamidades (CTDGC).

Para que o Comité Local de Gestão de Risco de Calamidades (CLGRC) funcione deve ter uma estrutura que permita garantir um processo participativo, com capacidade na tomada de decisões e acções no processo de GRC. Eis a estrutura do CLGRC (INGC, 2009):

- Coordenador;
- Coordenador adjunto;
- Responsável pelo Kit;
- Membros de Escuta pela Rádio;

- Membros de Aviso Prévio;
- Membros de Evacuação;
- Membros de Busca e Resgate;
- Membros de Abrigo;
- Membros de Avaliação de Danos e de Necessidades.

Assim sendo, o comité deve ter um plano de acção para melhor responder as necessidades da sua comunidade e os seus membros devem participar activamente em todas as actividades que o comité desenvolva.

2.3. Tarefas das subcomissões do CLGRC no processo de GRC

Segundo o INGC (2009), cada subcomissão do CLGRC tem as seguintes tarefas no âmbito da prevenção, mitigação e resposta:

Coordenador: é o responsável pelo cumprimento das tarefas no âmbito da prevenção, mitigação e resposta, desempenhadas por todos os membros do comité. É o elo de ligação entre a comunidade e os líderes comunitários. Coordena a activação e desactivação dos alertas locais declarados pelas autoridades competentes;

Coordenador adjunto: tem a responsabilidade de manter actualizada toda a informação da comunidade: habitantes, casas, famílias, veículos, saídas de emergência, de acordo com o formato pré-estabelecido e assegura que a comunidade conheça;

Responsável do Kit: no âmbito da prevenção e mitigação deve fazer um levantamento dos recursos locais para formar um kit se a comunidade não tiver, faz a revisão mensal do kit junto das autoridades da comunidade para garantir a sua existência, explica a utilidade do kit à comunidade e assegura que o Kit esteja num lugar seguro. No período de emergência deve ter o kit disponível para o uso de acordo com as necessidades;

Membros de Escuta pela Rádio: no âmbito da prevenção e mitigação devem assegurar que o rádio esteja sempre em funcionamento, sensibilizar a comunidade para que contribua com pilhas e participar activamente em todas as actividades que o comité desenvolva.

Em relação a emergência estes devem escutar por rádio as informações sobre a evolução do fenómeno e manter o fluxo de comunicação com os líderes comunitários, coordenador

do comité e aos restantes membros e CTDGC. Estabelecer um mecanismo para transmissão da informação, assegurar que a informação seja clara para todos e preencher fichas de registo de informação quando ocorre um evento relevante;

Membros de Aviso Prévio: no âmbito de prevenção e mitigação são responsáveis em sensibilizar a população sobre o funcionamento do Sistema de Aviso de Ciclones em Moçambique e cheias. Combinar com a comunidade a utilização de sinais tradicionais nos sistemas de aviso prévio.

No tocante a emergência devem receber por parte dos líderes comunitários a orientação para a implementação dos alertas e alarmes e divulgá-los junto da comunidade, manter a comunidade em constante organização para a resposta e içar as bandeiras em caso de aproximação de um ciclone, em locais previamente identificados de acordo com a evolução do fenómeno;

Membros de Evacuação: no âmbito da prevenção e mitigação esta subcomissão identifica e traça as rotas de evacuação e pontos de encontro para utilização em caso de emergência, e assegura que todos os membros da comunidade conheçam; elaborar um plano de utilização dos recursos locais, acordar com os proprietários dos meios de transporte para a utilização em caso de necessidade e fazer o registo da população e actualização anual em coordenação com os líderes comunitários. No que concerne a emergência coordenam, guiam e asseguram que os membros da comunidade se dirijam para locais seguros;

Membros de Busca e Resgate: esta subcomissão no âmbito da prevenção e mitigação deve identificar e alistar os recursos locais (humanos e materiais) e a respectiva localização para utilização em caso de emergência, elaborar um plano de utilização dos recursos, treinar membros da comunidade para Busca e Resgate para actuarem em caso de emergência, bem como gerir e manter os recursos materiais para as acções de Busca e Resgate.

Já no âmbito da emergência os membros desta subcomissão executam as operações de busca e resgate retirando as pessoas que se encontrarem em perigo e fornecem informação sobre pessoas em perigo às estruturas competentes.

No período de emergência devem coordenar com os líderes comunitários, parceiros locais, Saúde e outros para organização e funcionamento do Centro de Acomodação, apoiar aos líderes comunitários para o registo das pessoas afectadas nos centros de acomodação e garantir a distribuição de bens aos afectados;

Membros de Avaliação de Danos e de Necessidades: no âmbito da prevenção e mitigação devem fazer o levantamento do censo anual de: habitantes, casas, famílias, veículos, serviços sociais (água, energia, saúde, educação) infra-estruturas públicas, recursos naturais e ambientais, elaborar e actualizar os mapas de ameaça.

No que diz respeito a emergência os membros desta subcomissão devem fazer a avaliação preliminar de danos logo após a ocorrência de um fenómeno na comunidade, para além de identificar as necessidades básicas e urgentes da comunidade para solicitar assistência humanitária;

Membros de Abrigo: no âmbito da prevenção e mitigação devem identificar, em coordenação com outras entidades, os edifícios ou espaços (a serem montadas as tendas ou lonas) que poderão ser usadas como abrigos colectivos, postos de saúde e centros de distribuição de alimentos, localizar fontes de água e locais para a construção de latrinas em coordenação com os líderes comunitários, parceiros locais, saúde e outros.

Solicitar a capacitação sobre a Gestão dos Centros de Acomodação em matérias de: condições sanitárias, abastecimento, necessidades básicas, actividades culturais, produtivas, recreativas, saúde mental e outras condições básicas, sensibilizarem a comunidade sobre o uso do Centro de Acomodação, elaborar um regulamento interno sobre o funcionamento dos centros de abrigo e assegurar que a comunidade conheça são outras acções dos membros de abrigo.

2.4. Acções levadas a cabo pelos CLGRCs no âmbito da GRC

O INGC (2009), salienta que a criação dos CLGRC ao nível dos distritos tem uma elevada relevância naquilo que são os desafios levados a cabo para fazer face aos eventuais eventos climáticos. Sendo assim, várias são as acções desenvolvidas pelos CLGRC, destacando-se as seguintes:

Acções de Prevenção: são acções permanentes com vista a evitar com antecipação os efeitos de uma ameaça. **(ver tabela 1)**

Acções de Mitigação: são acções realizadas principalmente para reduzir os impactos das mudanças climáticas e ocorrem permanentemente em termos de organização, informação, sensibilização e capacitação o que apoia na redução dos efeitos e danos sobre as pessoas, seus bens, infra-estruturas e ambiente. **(ver tabela 1)**

Acções de Prontidão: são acções para a redução de perdas de vidas e bens ocasionados por uma calamidade. Implica a capacidade de resposta bem clara e definida. Estas acções são realizadas durante e depois da ocorrência de um evento climático com o objectivo de dar melhor resposta aos danos causados e criar meios para restabelecer a normalidade da vida na comunidade afectada. **(ver tabela 1)**

A tabela abaixo traz exemplos concretos das principais acções desenvolvidas pelos comités no processo de gestão de riscos de calamidades na óptica do INGC (2009).

Quadro 1: Principais acções concretas desenvolvidas pelos CLGRC

Acções	Principais Actividades
Prevenção	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de simulações; - Garantir o funcionamento do Sistema de Aviso; - Identificar e traçar as rotas de evacuação; - Actualizar os mapas de ameaça.
Mitigação	<ul style="list-style-type: none"> - Combinar com a comunidade a utilização de sinais tradicionais nos Sistemas de Aviso Prévio; - Promover em parceria com o sector privado a construção e uso de sistemas de armazenamento de água nas zonas de estiagem para o consumo humano, animal e irrigação; - Intensificar acções de formação cívica.

Prontidão	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer um mecanismo para transmissão da informação; - Içar as bandeiras em caso de aproximação de um evento em locais previamente identificados de acordo com a evolução do fenómeno; - Assegurar que os membros da comunidade se dirijam para locais seguros; - Fornecer informação sobre pessoas em perigo às estruturas competentes.
------------------	---

Fonte: INGC, 2009

2.5. Sustentabilidade dos comités locais de gestão de risco de calamidades

Com base em FREEBAIRN & KING (2003), a ideia de sustentabilidade assume diferentes conotações na literatura, no entanto, o conceito sustentabilidade é usado para expressar algo como "autonomia" de estruturas de voluntários em relação a outros actores da sociedade civil.

Sustentabilidade não significa uma posição isolada, excluindo-se a possibilidade de interlocuções e alianças com outros actores fora da comunidade, mas a possibilidade de estas estruturas desenvolverem suas acções louváveis como voluntários e garantir a longevidade estrutural por meio de incentivos por eles mesmos gerado independentemente do apoio ou suporte externo (FREEBAIRN & KING, 2003).

Comité local de gestão de risco de calamidades, (CLGRC)

É um conjunto de pessoas voluntariam da mesma comunidade, que se dedica a desenvolver actividades de prevenção, mitigação, e prontidão nas suas comunidades, envolvendo os líderes e as autoridades locais, comunitários e distritais, (INGC,2010).

Fazendo o cruzamento dos dois pensamentos acima citados chega-se a conclusão de que sustentabilidade dos comités locais de gestão de risco de calamidades consiste na capacidade de que dispõe para o pleno funcionamento, realização plena e estável das suas obrigações para com a comunidade de acordo com as normas de seu funcionamento, por

meio dos seus próprios recursos humanos e financeiros, garantindo sua própria base de sustento.

Os CLGRC são capazes de manipular recursos existentes na comunidade, como por exemplo, conseguir empreender com êxito acções na promoção da ampliação dos seus horizontes de forma independente e com razoável grau de autonomia na comunidade (INGC, 2010).

2.6. Indicadores de sustentabilidade dos comités locais de gestão de risco de calamidades

Na óptica do MICOA (2005), desde 1990 surgiram vários indicadores de sustentabilidade e a cada dia novos indicadores de sustentabilidade são elaborados de acordo com o tema em estudo e a visão do pesquisador.

Para analisar a sustentabilidade dos CLGRC neste trabalho utilizou-se o método desenvolvido por OLIVEIRA (2002), conhecido por M.A.I.S. (Métodos para de Avaliação de Indicadores de Sustentabilidade). Este autor sugere quatro (4) principais indicadores a saber:

2.6.1. Conhecimento

Estruturas sustentáveis e que lidam com comunidades tomam em consideração que seus membros tem necessidade de ampliar e melhorar sua base de conhecimento, de modo que as capacitações e se necessário simulações sejam realizadas frequentemente, este facto permite que os membros ampliem suas aptidões, tenham domínio das suas tarefas e melhorem seu desempenho no seio da comunidade bem como a aplicação correcta desse conhecimento.

2.6.2. Geração de Renda

O autor defende que trabalho é qualquer actividade humana exercida com certa regularidade em troca de remuneração, capaz de prover benefícios a pessoas inseridas em círculos sociais, daí que organizações sustentáveis geram benefícios monetários reconhecendo que os membros merecem um agrado pela motivação de prestar trabalhos nas comunidades, no entanto devem recebe-los ou então eles mesmos gera-los através de implementação de programas de melhoria de qualidade de vida como por exemplo projectos para a geração de renda.

2.3.3. Interacção Com a Comunidade

A sustentabilidade em uma organização principalmente que opera nas comunidades rurais vai além da prosperidade financeira, inclui a interacção com o meio no qual está inserida devendo se dividir e compartilhar os conhecimentos adquiridos com a comunidade dada a relevância e utilidade desses conhecimentos para os outros. Esta interacção ajuda a construir laços de confiança, tratar das preocupações que realmente são da comunidade e traçar planos estratégicos localmente sustentáveis.

2.6.4. Equipamento

O material de trabalho interfere directamente na qualidade do desempenho dos membros das organizações no meio onde estão inseridos, quanto mais material a organização possuir melhor será o seu funcionamento e resultados, quanto menos recursos tiver, maiores serão as dificuldades para o alcance dos objectivos. Daí que a longevidade das organizações depende também do material do trabalho.

2.7. Constrangimentos e Desafios dos comités locais de gestão de risco de calamidades

2.7.1. Constrangimentos dos comités locais de gestão de risco de calamidades

Na óptica de MICOA (2005), várias organizações têm participado muito activamente nos programas de GRC junto aos CLGRC nas comunidades rurais e tem enfrentado constrangimentos de várias ordens durante as suas intervenções, como por exemplo:

- Renitência de alguns membros da comunidade;

Alguns dos membros da comunidade, quando informados sobre a aproximação de um evento calamitoso, e igualmente apelados a abandonarem as zonas de risco, alegam factores culturais, como justificação para a permanência nestas zonas inseguras, e insuficiência de recursos financeiros para custear o processo de mudança ate ao bairro de reassentamento.

- Falta de um eficiente canal de disseminar informação;

Ainda não foi definido um canal ou mecanismo claro de fluxo de informação e comunicação entre o CTDGC e os comités, e ainda não há abertura no contacto, o que faz

com que as informações não cheguem atempadamente nas comunidades resultando em danos avultados decorrentes dos desastres naturais.

- Fraca motivação dos membros,

Esta situação é comum em quase todos os comitês, onde os membros mostram-se desmotivados a alcançar as metas e objectivos para os quais os comitês foram criados e è originada em grande medida pela falta de incentivos financeiros, ambiente de trabalho desconfortável e fraca colaboração do CTDGC.

O mesmo autor acrescenta que estes constrangimentos contribuem para um ineficiente desempenho dos CLGRC e resultam no agravamento da qualidade de vida das populações que a prior vivem no limiar da pobreza.

2.7.2. Desafios dos comitês locais de gestão de risco de calamidades

De acordo com MICOA (2005), por detrás dos constrangimentos existem outros aspectos considerados como desafios dos CLGRC no processo de GRC, dentre eles destacam-se:

- Capacitar as comunidades;

Os CLGRCs intensificarão a realização de encontros com as comunidades com objectivo de capacitá-las por forma satisfatória de forma a reduzir seu grau de exposição a riscos e perdas em caso de ocorrência de um evento climático, deste modo estarão claros ao que concretamente devem fazer de forma a prevenir, e mitigar eventos climáticos e tornar a sua capacidade de resposta robusta.

- Sensibilizar as comunidades para se envolverem nas acções de GRC;

Os informes pessoais e encontros entre os membros dos comitês e as comunidades afectadas serão ferramentas importantes para sensibiliza-las a apoiar o trabalho que os comitês fazem no sentido de não destruir sinais das rotas de evacuação, e motiva-las participar nos encontros para capacitações que os comitês procuram ter com as comunidades, visto que a apatia destas frustra os esforços dos CLGRCs no sentido de reduzir a vulnerabilidade aos desastres naturais.

- Organizar exercícios de simulações;

Exercícios de simulações para treinamento e avaliação das capacidades de resposta das instituições e comunidades serão planejados e realizados em coordenação com o CTDGC pois é o órgão a nível distrital que superintende a GRC e poderá apoiar os comitês no sentido de poder angariar apoio financeiro necessário, pois com estes exercícios será possível identificar as lacunas e definir mecanismos localmente práticos de enfrentar e lidar com desastres naturais com vista a reduzir a vulnerabilidade das comunidades.

A existência destes programas não só constituem desafios de mitigação dos impactos das calamidades mas também têm um grande contributo em momento de recuperação pós-desastre MICOA (2005).

III. METODOLOGIA

3.1 Descrição da área de estudo

3.1.1 Localização, superfície e população da área de estudo

O Distrito de Govuro localiza-se na parte norte da Província de Inhambane entre os paralelos 20 e 22° de latitude Sul e entre 34 e 36° de longitude Este; dista cerca de 430 km da Cidade de Inhambane, a capital provincial, Com uma superfície de 3,967 km², (MAE, 2011).

De acordo com os dados do (III RGPH - 2007), o Distrito de Govuro tem uma população de 34.494 habitantes, constituída por Ndaus e Tswas. Deste número, 54.9% da população é do sexo feminino, o que correspondendo a 18.938, sendo que número de agregados familiares é de 7.899, (MAE, 2011).

3.1.2 Clima, solo e hidrografia de Govuro

De acordo com o MINISTÉRIO DE ADMINISTRAÇÃO ESTATAL (MAE, 2011), o clima predominante no distrito de Govuro é tropical húmido na faixa costeira, tropical seco para o interior, com tendência a semi-árido. As temperaturas médias anuais variam de 22 a 24°C e a pluviosidade vária de 400 à 1000 mm.

Predominam no distrito grandes extensões de terra areno-argilosas, sobretudo nas margens do rio Save, planícies e pequenos planaltos nas zonas do interior ao oeste. (MAE, 2011).

O distrito de Govuro Possui uma rede hidrográfica composta por dois importantes rios nomeadamente Save que tem Côa como afluente, Govuro e inúmeras lagoas destacando-se Zimbirre, Chimedje, Nhachicono, Ziombe, Nhamulule e Mamema como as mais importantes.

3.2 População e Amostra

Govuro conta com cerca 25 CLGRCs reconhecidos a nível do distrito, onde cada um destes é composto por um mínimo de 15 elementos e máximo de 18 elementos. Para a selecção dos comités obedeceu-se a técnica designada por amostragem não probabilística intencional ou por julgamento, onde intencionalmente seleccionou-se o Delegado Distrital do INGC e 66 pessoas pertencentes a 4 CLGRCs a saber: CLGRC de Matique com 15

membros, CLGRC de Genga com 18 membros, CLGRC de Chicoleque com 15 membros e CLGRC de Josina Machel com 18 membros, pelo facto de estarem situados ao longo da bacia do Save, o que faz destas comunidades altamente vulneráveis aos eventos calamitosos, e disposição destes em deixar ficar resposta a respeito do tema.

3.3 Técnicas de Recolha de dados

Para a realização da presente pesquisa foram usadas as seguintes técnicas:

3.3.1 Pesquisa bibliográfica

Esta técnica jogou um papel fundamental, pelo facto de ter-se feito uma busca por informações importantes já existentes sobre a sustentabilidade dos CLGRCs em livros, páginas de web site e teses que permitiu fazer análise destas e construir enquadramento teórico, aprofundar o conhecimento e concepção clara da temática e do problema para a redacção do protocolo e o relatório final da presente pesquisa.

Escolheu-se esta técnica pois para MATAKALA & MACUCULE (1998), a pesquisa bibliográfica oferece como principal vantagem o facto de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenómenos muito amplos sobre o tema em estudo.

3.3.2 Entrevista semi – estruturada

Efectuou-se entrevista semi-estruturada (guião em apêndices 1, 2 e 3), onde entrevistou-se todos os membros dos 4 CLGRCs e delegado distrital do INGC, previamente elaborado que foi combinado com uma escuta activa e conversas e informais descontraídas que motivaram os membros a falar mais sobre a real situação dos comités, o que permitiu localizar os comités em relação aos indicadores de sustentabilidade e diagnosticar constrangimentos e desafios.

A escolha desta técnica está ligada a grandes vantagens que este oferece, pois é eficiente e permite obter dados de uma forma profunda, não exigindo que o entrevistado saiba ler nem escrever e é muito flexível possibilitando ao entrevistador esclarecer perguntas e sondar. O entrevistador tem a liberdade para desenvolver cada situação, usando um roteiro de tópicos relativos ao problema a ser estudado (RIZZINI *et al*, 1999).

3.3.3 Observação directa

Foram feitas observações das actividades como: encontros que os CLGRCs realizavam, capacitações que recebiam da GIZ e o desempenho dos seus membros nas dinâmicas interactivas após as capacitações, para se identificar o grau do conhecimento e as acções levadas a cabo pelos comités no âmbito de gestão de riscos de calamidades, condições de trabalho, e sentir o seu desempenho nas comunidades nas quais estão inseridos.

Foi usada esta técnica pelo facto de TAVARES & MARTINS (2004), sustentarem que a observação directa è uma técnica complementar a outras que facilita a percepção directa dos factos, permitindo assim uma alta validade e fidedignidade da informação obtida.

3.4. Análise dos resultados

Para a análise dos dados usou-se:

3.4.1. Análise de conteúdo

Esta técnica consistiu na análise sistemática qualitativa e quantitativa dos dados colectados nos processos de comunicação verbal e de documentos existentes sobre o tema o que levou a verificação de questões e das razões que estavam por de trás da realização das suas actividades de forma esporádica e sua localização em relação aos indicadores de sustentabilidade.

A escolha desta técnica deveu-se ao facto de BARDIN (2006), defender que a análise de conteúdo proporciona facilidade para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos quer qualitativos ou quantitativos, que se analisados adequadamente abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenómenos da vida social de outro modo inacessíveis.

E para uma melhor apresentação e análise dos dados obtidos no campo, recorreu-se ao pacote Microsoft office-excel, que possibilitou a elaboração de tabelas, gráficos e o Microsoft Office Word 2007 para redacção e interpretação dos resultados.

IV. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Resultados

4.1.1. Acções levadas a cabo pelos CLGRC de Govuro

Prevenção: os comitês de Matique e Josina Machel quanto a prevenção realizam uma vez por ano actualizam os mapas de ameaça e as rotas de evacuação junto com as comunidades, e avaliam se os instrumentos do sistema de aviso prévio estão a funcionar devidamente. E os comitês de Genga e Chicoleque reúnem-se anualmente uma vez para actualizar os mapas de ameaça.

Mitigação: Quanto à mitigação constatou-se que os comitês Matique e Josina Machel como mecanismo de reduzir o impacto dos eventos climáticos encontram-se com as comunidades de modo a coordenar com elas os sinais convencionais do SAP e capacitá-las em matérias de GRC. E os comitês de Chicoleque e Genga afirmaram que não realizam nenhuma actividade para mitigar o impacto dos eventos que assolam o distrito.

Prontidão: para ajudar as comunidades a ter capacidade de resposta bem clara aos eventos climáticos os comitês de Matique e Josina Machel içam as bandeiras coloridas atempadamente em caso de aproximação de um evento calamitoso, emitem mensagens de alerta para que as pessoas dirijam-se aos locais seguros e a equipe de evacuação garante que os idosos e os de saúde debilitada sejam evacuados para locais seguros. E os comitês de Chicoleque e Genga quanto à prontidão não realizam nenhuma actividade relacionada.

4.1.2 Indicadores de sustentabilidade dos comitês de Govuro no âmbito de gestão de riscos de calamidades

4.1.2.1 Conhecimentos

Quanto à este indicador foi possível verificar que no CLGRCs de Matique 47% dos seus elementos detêm conhecimentos importantes que os possibilita a apoiar as comunidades a reduzir a vulnerabilidade á eventos calamitosos, e no CLGRCs de Josina Machel 56% dos membros tem conhecimentos em matéria de GRC, em matéria de adaptação às mudanças climáticas, e SAP. No CLGRCs de Genga constatou-se que a implantação deste indicador está em 40% dos membros que detêm algum conhecimento em matérias de gestão de risco

de calamidades. Em chicoleque somente 27% dos membros do comité possui conhecimentos básicos. (**ver gráfico n^o 1**)

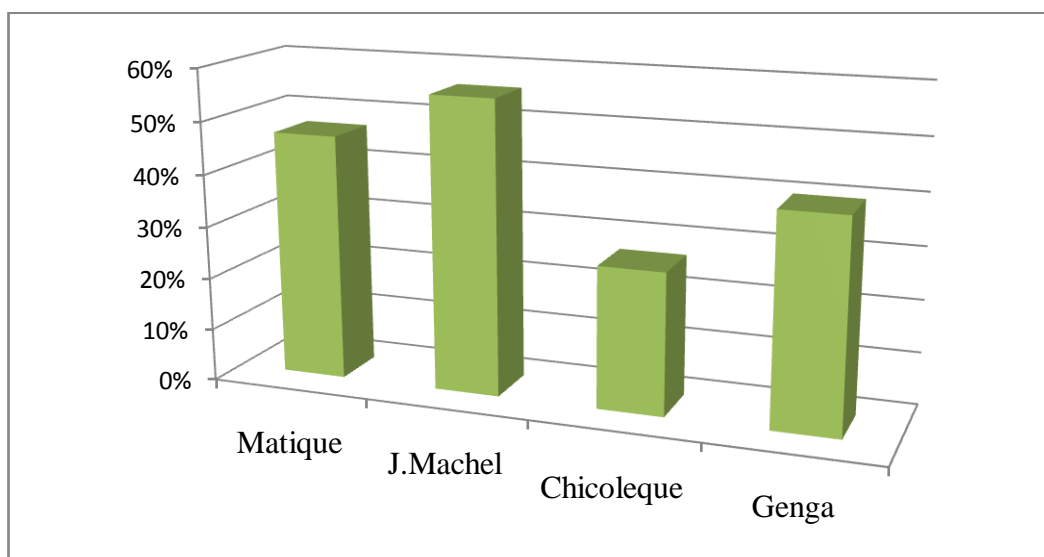


Gráfico n^o 1: Percentagem de Implantação do Indicador Conhecimento nos CLGRCs.

Fonte: *Autora (2014) com base nos resultados obtidos no campo*

4.1.2.2 Geração de renda

Os comités em análise tanto de Matique, Chicoleque, Genga e Josina Machel não tem nenhuma actividade que lhes possa garantir auto sustento, o que faz com que alguns membros percam motivação de modo que já não participam nas reuniões e outros assuntos inerentes aos comités e por fim desistem de fazer parte dos mesmos por falta de incentivos.

4.1.2.3 Interacção com a comunidade

Quando inqueridos sobre a interacção com a comunidade os CLGRCs de Genga e Chicoleque foram unânimes em afirmar que não realizam encontros para capacitar e formar os membros da comunidade em matérias de prevenção, mitigação, e prontidão como ferramenta para a redução da sua vulnerabilidade de modo que a mesma não seja pegue de surpresa pelos eventos climáticos que tradicionalmente fustigam o distrito de Govuro, este contacto ocorre apenas no momento de alerta por meio da rádio save.

E os CLGRCs de Matique e Josina Machel comentaram à cerca da interacção entre a comunidade e o CLGRC, deixaram claro que esta existe, pois uma vez ao ano reúnem-se

com as comunidades, para fortalecer as suas capacidades de lidar com eventos calamitosos através de capacitação desde prevenção, mitigação e prontidão.

4.1.2.4 Equipamentos

No concernente ao indicador equipamentos de acordo com a tabela n^o2 ficou evidente que os CLGRCs de Genga e Chicoleque não possuem kit de prontidão de emergências. Verificou-se ainda que os CLGRCs de Matique e Josina Machel, possuem kit de prontidão de emergências que torna as condições de trabalho confortáveis mesmo para alertar as comunidades em caso de eminência de um evento climático. (ver tabela n^o2)

Quadro n^o2: Nivel de Implantação do Indicador Equipamentos

Nome do CLGRCs	Kit de Prontidão
Matique	Tem
J.Machel	Tem
Chicoleque	Não tem
Genga	Não tem

Fonte: *Autora(2014) com base nos dados obtidos no campo*

4.1.3 Constrangimentos dos CLGRC do distrito de Govuro no desempenho das suas actividades

Foram apontados como constrangimentos:

- Escassez de recursos financeiros e materiais

Os membros dos comitês apontaram, a falta de kit de prontidão, falta de uniforme que os identifique como membros do CLGRCs, por vezes tem criado embaraço, pois, alguns membros da comunidade exigem que estes se identifiquem para dar credibilidade nas informações que difundem e inexistência de uma actividade de geração de renda que os possa conceder independência financeira.

- Falta de um eficiente canal de disseminação de informação de GRC

O CTDGC é o órgão que responde pela GRC a nível distrital bem como sobre os eventos extremos que possam ocorrer, contudo a inexistência de um mecanismo propagação de informação faz com que as informações meteorológicas e os alertas não chegam atempadamente nas comunidades, o que faz com que os CLGRC não consigam agir de forma eficaz mediante situações de emergência.

➤ Renitência de alguns membros da comunidade

Alguns dos membros da comunidade, quando informados sobre a aproximação de um evento calamitoso, e igualmente apelados a abandonarem as zonas de risco, alegam factores culturais, como justificação para a permanência nestas zonas inseguras. O mais constrangedor é de as comunidades exigirem que o comité forneça o material convencional para a construção de casas melhoradas, que o comité custeie as despesas na transferência das zonas de risco para as zonas seguras.

➤ Falta do apoio do governo local

Esta situação é assistida em todos os comités pois foram unânimes ao afirmar que, desde a criação dos comités, ainda não receberam nenhum apoio tanto material assim com financeiro por parte do governo, mesmo estando ciente das suas limitações na realização das actividades. Não obstante, os membros enalteceram o papel desempenhado pelo GIZ em parceria com o INGC da Província de Inhambane, pois, este tem prestado apoio fortalecendo os comités, através de capacitações e avaliações apesar de ser assistências irregulares mas de certa forma tem apoiado os CLGRCs.

4.1.3.3 Desafios dos comités locais de GRCs de govuro

No que diz respeito aos desafios dos CLGRC de Govuro, foram identificados os seguintes:

➤ Sensibilizar as comunidades para se envolverem nas acções dos CLGRC

Os membros dos CLGRCs irão aproveitar momentos oportunos em conversas informais e encontros com as comunidades afectadas para sensibiliza-las a apoiar o trabalho que os comités fazem no sentido de não destruir sinais das rotas de evacuação, e motiva-las participar nos encontros para capacitações que os comités procuram ter com as comunidades, visto que a apatia destas frustra os esforços dos CLGRCs no sentido de reduzir a vulnerabilidade aos desastres naturais.

➤ Organizar de simulações

Os CLGRCs devem planejar e realizar em coordenação com o CTDGC exercícios de simulação de eventos como ciclones e cheias, pois é o órgão mais entendido em matérias de GRC a nível distrital e poderá apoiar os comités no sentido de poder angariar ou mesmo disponibilizar apoio financeiro necessário, com estes exercícios será possível identificar as lacunas e definir mecanismos localmente práticos de enfrentar e lidar com desastres naturais com vista a reduzir a vulnerabilidade das comunidades.

➤ Desenhar e implementar pequenos projectos de geração de renda

Desenhar e implementar pequenos projectos de geração de renda nos CLGRCs e que sejam localmente viáveis, pode apoiar os comités a ultrapassar obstáculos de falta de material de trabalho, uniformes, realização de algumas actividades de prevenção, mitigação como: simulações que implicam custos e poderá garantir o suporte da motivação dos membros e aquisição do material de trabalho.

4.2 Discussão

4.2.1 Acções levadas a cabo pelos CLGRC de Govuro

Prevenção: os CLGRCs de Matique e Josina Machel uma vez por ano actualizam os mapas de ameaça e as rotas de evacuação junto com as comunidades, avaliam os instrumentos do sistema de aviso prévio se estão a funcionar devidamente. E os comités de genga e chicoleque reúnem-se anualmente uma vez apenas para actualizar os mapas de ameaça apenas, deixando de fora as outras actividades. Contrariando a orientação do INGC (2009), que diz que as actividades de prevenção devem ser realizadas permanentemente pelo menos duas vezes por ano e compreendem realização de exercícios de simulações dos eventos que afectam o distrito, actualizar os mapas de ameaça e rotas de evacuação e avaliar os instrumentos do SAP para prontificar as comunidades a lidar com eventos relacionados com o clima. Esta divergência trás à superfície o cumprimento parcial das actividades pelos comités, o que deixa as comunidades numa situação de falta de informação e aumenta a sua exposição à riscos trazidos pelos desastres naturais.

Mitigação: os comités Matique e Josina Machel como mecanismo de reduzir o impacto dos eventos climáticos encontram-se com as comunidades de modo a coordenar com elas os sinais convencionais do SAP e capacitá-las em matérias de GRC uma vez por ano. E os

comitês de Chicoleque e Genga afirmaram que não realizam nenhuma actividade para mitigar o impacto dos eventos que assolam o distrito, o que faz com que as comunidades nas quais estão inseridas desconheçam os reais riscos aos quais estão expostos e tão pouco sabem como reagir aos alertas da cruz vermelha e do pessoal do INGC. Estas informações divergem com as normas estabelecidas pelo INGC (2009), pois mostram que actividades de mitigação envolvem não somente combinar os sinais convencionais do SAP e realizar capacitações, mas também promover parcerias com o sector privado de modo a buscar toda ajuda necessária em GRC, e devem ser realizadas frequentemente pois estas actividades fortificarão as capacidades das comunidades de lidar e responder a eventos calamitosos.

Prontidão: os comitês de Matique e Josina Machel içam as bandeiras coloridas atempadamente em caso de aproximação de um evento calamitoso, emitem mensagens de alerta para que as pessoas dirijam-se aos locais seguros e a equipe de evacuação garante que os idosos e os de saúde debilitada estejam em segurança. E os comitês de Chicoleque e Genga afirmaram que não realizam nenhuma actividade relacionada a prontidão, o que está aliado ao facto de não possuírem kit de prontidão de emergências, o que faz com que apesar de eventos como ciclones e cheias embora sejam frequentes no distrito pelo facto de as comunidades não estarem preparadas para lidar com os fenómenos ainda regista-se avultadas perdas de bens e vidas que agravam a pobreza de alguns agregados familiares. Contrariando o que INGC (2009), que diz que em prontidão cabe aos CLGRCs estabelecer um mecanismo de transmissão de informação para as comunidades, emitir alertas, assegurar que todos sejam evacuados a locais seguros e fornecer informações sobre pessoas em perigo que ajuda-las esta acima das capacidades dos CLGRCs às estruturas competentes, o que reduzira os impactos devastadores dos eventos que registam-se frequentemente no distrito.

O facto de os CLGRCs não realizarem todas as actividades e na frequência adequada traduz se no agravamento do grau de vulnerabilidade pois as comunidades não são capacitadas eficazmente sobre os métodos de dar face a eventos climáticos, o que conduz à elevadas perdas repetitivas de bens e vidas.

Assim sendo, importa salientar que as acções de GRC levadas a cabo pelos comitês de Govuro são ainda incipientes. A visibilidade da gestão dos desastres naturais naquele

Distrito é ainda muito pequena apesar de este distrito ser extremamente vulnerável a eventos calamitosos.

4.2.2 Indicadores de sustentabilidade dos comitês de Govuro no âmbito de gestão de riscos de calamidades

Sustentou OLIVEIRA (2002), que os CLGRC para que funcionem devidamente devem ter implantados os indicadores de sustentabilidade são eles:

4.2.2.1 Conhecimento

De acordo com os resultados, observou-se que no CLGRCs de Matique apenas 47% do total dos membros tem conhecimentos relativos a GRC, adaptação a mudanças do clima e SAP. E no comité de Josina Machel 56% dos membros do comité detêm conhecimentos. Ainda na abordagem sobre este indicador, nos CLGRCs de Chicoleque e Genga ficou evidente que apenas 27% e 40% respectivamente possuem conhecimentos. Esta situação, mostra que em todos os CLGRCs o indicador não está implantado na totalidade pois, não são todos os membros que possuem conhecimentos que os capacitará a desenvolver suas actividades de forma eficaz. Este facto afecta negativamente o desempenho em todas actividades de GRC e cumprimento do objectivo para o qual estes foram criados que è a ajudar as comunidades a reduzir a vulnerabilidade aos eventos climáticos, pois sem o conhecimento em nada podem ajudar as comunidades afectadas. O descrito acima diverge com OLIVEIRA (2002), ao dizer que os membros dos CLGRCs devem deter de conhecimentos para que tenham um bom desempenho e ampliem suas aptidões. Salientar que, recentemente algumas ONGs como PLAN, e GIZ em parceria com o INGC têm trabalhado para inculir conhecimento de modo a elevar o desempenho destes e preparar os membros dos CLGRC de Govuro no domínio desta matéria relativa a GRC.

4.2.2.2 Geração de Renda

Os CLGRCs de Matique, Josina Machel, Chicoleque e Genga não realizam nenhuma actividade que possa garantir geração de renda, melhoria do seu desempenho e da qualidade de vida dos membros. Divergindo com OLIVEIRA (2002), ao dizer que para que os membros de uma organização sejam coesos, estejam motivados a trabalhar é indispensável que gerem ou recebam alguma gratificação pelo esforço empreendido para o alcance dos objectivos da organização. A inexistência deste indicador, desmotiva os

membros ao trabalho tanto que muitos comitês estão em desagregação, daí a necessidade de frequentes revitalizações.

4.2.2.3 Interacção Com a Comunidade

Constatou-se que existe uma interacção entre os CLGRCs de Matique, Josina Machel e as comunidades locais, embora seja de forma esporádica, mas sensibilizam, capacitam e combinam com as comunidades sinais de alerta no sentido de apoiá-las a reduzir a vulnerabilidade aos eventos como cheias e ciclones. Os esforços destes comitês em sensibilizar as comunidades tem resultado em gradual consciência das pessoas aos riscos aos quais estão expostos, tornam a capacidades de resposta das mesmas cada vez mais eficaz e reconhecimento. O descrito acima converge com OLIVEIRA (2002), que sublinha que os CLGRCs devem capacitar as comunidades á sua volta de modo que estejam preparados para diferentes eventos calamitosos, e desta interacção poderá se granjear confiança e reconhecimento das mesmas.

Ainda no concernente à interacção constatou-se os CLGRCs de Chicoleque e Genga não encontram-se com as comunidades para capacitá-las quanto aos procedimentos antes, durante e pós um evento calamitoso como deveria ser. As pessoas geralmente recebem informes da cruz vermelha e do INGC através da rádio comunitária Save. Esta situação gera um ambiente de confusão na época de emergência o que resulta em grandes perdas e danos. Divergindo com o descrito por OLIVEIRA (2002), ao dizer que os CLGRCs devem capacitar as comunidades à sua volta de modo que estejam preparados para diferentes eventos calamitosos, e desta interacção poderá se granjear confiança e reconhecimento das mesmas.

4.2.2.4 Equipamentos

Quanto aos equipamentos, importa referir que os CLGRCs de genga e chicoleque não possuem o kit de prontidão de emergências para que possam realizar as suas acções de forma eficaz, e alcançar o objectivo preconizado de reduzir a vulnerabilidade das comunidades. O descrito acima diverge com OLIVEIRA (2002) ao defender que os equipamentos são indispensáveis para a realização das actividades, e contribuem grandemente para alcance dos objectivos e metas dos comitês. Este cenário faz com que os comitês não consigam emitir os alertas, deslocar-se quando necessário e a vida e bens das pessoas vivendo nessas comunidades estejam altamente expostos a eventos de clima.

Constatou-se ainda que um pequeno numero dos comitês possuem kits de prontidão, casos dos CLGRCs de Matique e Josina Machel. Os materiais componentes do kit de prontidão de emergências como: bicicletas, megafones, apitos e bandeiras coloridas contribuem para a realização das suas actividades de forma eficaz. Com kit é possível interagir com as comunidades, tanto para capacitar bem como para emitir alertas mais abrangentes em momentos de emergência e reduzir os danos trazidos pelos eventos extremos. Convergindo deste modo com o descrito acima pelo autor.

Assim sendo, ficou de certa forma confirmada a ideia de OLIVEIRA (2002), já que notou-se a existência em pequena escala de alguns indicadores no seio dos membros dos CLGRC de Govuro nomeadamente: conhecimento, kits de prontidão (apenas em alguns comitês) e interacção entre os CLGRC e as comunidades locais apesar de ser ainda fraca e isto dita o fraco desempenho dos comitês, agravado pelo facto de que nenhuma actividade de geração de renda tem sido desenvolvida por estes comitês.

4.2.3 Constrangimentos dos CLGRC do distrito de Govuro no desempenho das suas actividades

Os CLGRCs de Govuro enfrentam dificuldades que tornam o seu trabalho muito difícil tais como:

Escassez de recursos financeiros e materiais que inclui a inexistência de kit de prontidão em alguns comitês como os de Genga e Chicoleque, falta de uniforme que os identifique como membros do CLGRCs, por vezes tem criado embaraço, pois, alguns membros da comunidade exigem que estes se identifiquem para dar credibilidade nas informações que difundem e inexistência de uma actividade de geração de renda que os possa conceder independência financeira. Afirmaram ainda que a inexistência de um mecanismo claro de propagação de informação meteorológica do CTDGC ate aos comitês faz com que as informações climáticas e os alertas não chegam atempadamente nas comunidades, o que faz com que os CLGRC não consigam agir de forma eficaz mediante situações de emergência.

Renitência de alguns membros da comunidade, alguns dos membros da comunidade quando informados sobre a aproximação de um evento calamitoso, alegam factores culturais, como justificação para a permanência nestas zonas inseguras, o que geralmente resulta em perda desnecessária de bens e vidas. Falta do apoio do governo local, todos os

comitês afirmaram que, ainda não receberam nenhum apoio tanto material assim como financeiro por parte do governo, mesmo estando ciente das suas limitações na realização das actividades

As informações acima convergem com, MICOA (2005) que diz que várias organizações que têm participado activamente nos programas de GRC como CLGRCs nas comunidades rurais têm enfrentado constrangimentos, como: Recusa de alguns populares em abandonar as zonas de risco, Falta de um sistema de comunicação adequado, Fraca motivação dos membros originados pela falta de apoio por meio de incentivos financeiros que conduz á desagregação de alguns comités locais de GRC. A existência destas lacunas nos comités é indicador de que precisam ser apoiados de modo a ultrapassar barreiras que os torna menos empenhados em acções de redução da vulnerabilidade das comunidades expostas e dependentes tanto materialmente bem financeiramente por parte das estruturas locais competentes, e ONGs.

4.2.3.1.Desafios dos comités locais de GRCs de govuro

Os CLGRCs de govuro tem como metas envolverem-se em grande medida em actividades de sensibilização das comunidades para cooperar com seus esforços de definir rotas de evacuação, e acatar os alertas emitidos pelos comités através de encontros. Os comités pretendem coordenar junto do CTDGC exercícios de simulações para incutir conhecimentos que prontificarão as comunidades a agir mediante eventos climáticos de modo a reduzir o nível de perdas de bens e vidas causadas por estes. E ainda frisaram que pretendem engajar-se no desenho e implantação de pequenos projectos de geração de renda, se financiados estes projectos poderão garantir a realização de actividades que actualmente são de difícil cumprimento pois implicam materiais ou custos que os comités não estão em condições de cobrir.

Segundo MICOA (2005), vislumbra-se para todos os CLGRCs capacitar e sensibilizar as comunidades de forma a envolverem-se ainda mais em matérias de GRC e adaptação a mudanças do clima. A existência destes desafios representam reconhecimento por parte dos comités de que não estão sendo sustentáveis, tanto que precisam esforçar-se mais para realizar as acções de prevenção, mitigação e prontidão de modo a reduzir a vulnerabilidade das comunidades do distrito.

V. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

5.1 Conclusão

Dos resultados obtidos e em conformidade com os objectivos preconizados para a presente pesquisa, conclui-se que:

Apenas um reduzido número dos CLGRC do distrito de Govuro nas suas relações com as comunidades em prol de GRC desenvolvem acções de prevenção mitigação e prontidão, e o processo de capacitação da população sobre os riscos e como reduzir os efeitos, apesar de serem acções desenvolvidas ocasionalmente.

Os indicadores de sustentabilidade ainda não estão implantados na sua íntegra, pois os CLGRC de Govuro tem seus membros com baixo nível de conhecimento sobre GRC, maior parte dos comités não tem kit de prontidão de emergências, a interacção entre os CLGRCs e a comunidade é fraca e nenhum comité tem desenvolvido acções de geração de renda. Estas fraquezas têm interferido directamente no baixo desempenho dos membros dos comités no meio onde estão inseridos, o que contribui para a alta vulnerabilidade das pessoas e agravamento da pobreza.

A escassez de recursos materiais e financeiros, renitência de alguns membros da comunidade em acatar as orientações dos comités, inexistência de um mecanismo claro de disseminação de informação em tempo útil entre os comités e o CTDGC, e falta de apoio do governo local mesmo estando ciente da relevância das actividades que realizam no distrito e das limitações que os comités enfrentam faz com que o seu empenho no âmbito de GRC não seja forte e com isto não haja sustentabilidade destes comités.

Os comités de Govuro, tem como desafios capacitar as comunidades por meio de simulações de forma a reduzir o nível de vulnerabilidade aos eventos climáticos; sensibilizar as comunidades a envolver-se em acções de GRC, E desenhar e implementar pequenos projectos de geração de renda com vista a superar problemas de alta dependência de terceiros, fraca motivação dos membros e insuficiência de equipamentos de trabalho de modo a tornar as suas acções no âmbito de GRC mais robustas e eficazes.

A sustentabilidade dos comités locais de gestão de risco de calamidade de Govuro revela-se muito baixa e fraca e ainda não é abrangente pois não estão implantados na sua íntegra os indicadores de sustentabilidade, coadjuvado com o facto de enfrentarem muitos

constrangimentos que limitam as suas actividades. E por não terem capacidade de obter ou gerar incentivos monetários vários comités encontram-se inoperacionais e outros em desagregação.

5.2 Recomendações

Como forma de promover a sustentabilidade dos CLGRC de Govuro, recomenda-se:

Ao governo local:

- Manter constante contacto com os CLGRC de modo a se inteirar dos problemas por eles vividos no desempenho das suas actividades;
- Estar em coordenação com os outros actores e apoiar com meios técnicos ou financeiros que permitam um acompanhamento constante dos comités;

Aos CLGRC:

- Garantir pelo menos um encontro mensal e aumentar a coordenação de actividades com o CTDGC de modo a permitir que as actividades de GRC sejam permanentes e não apenas no período de emergências;
- Efectuar treinamentos e simulações na comunidade em coordenação com outros intervenientes;
- A desenhar e implementar projectos de geração de renda para facilitar a manutenção estrutural dos mesmos e servirão de motivação aos membros.

À comunidade académica:

- Fazer estudos de género e que sejam levados a cabo por forma a ajudar os CLGRC no desempenho das suas actividades.

VI. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALLEN, P. (1993). Food for the Future: Conditions and Contradictions of Sustainability.
- CHRISTIE, F. (2002). Mozambique and the Great Flood of 2000. African Studies.
- FREEBAIRN, D.M, KING, C. A. (2003) Reflections on collectively working toward sustainability: indicators for indicators.
- GIL, C. (2006). Métodos e técnicas de pesquisa social. 5ª ed, São Paulo, editora atlas.
- INE, (Instituto Nacional de Estatística). (2007). Mozambique in Figures, Maputo.
- INGC, (Instituto Nacional de Gestão de Calamidades). (2006). Main report: Study on the Impact of Climate Change on Disaster Risk in Mozambique. Maputo.
- INGC, (Instituto Nacional de Gestão de Calamidades). (2009). Manual Do facilitador local. Maputo.
- MATTEDI & BUTZKE (2001). Análise de Vulnerabilidade corrente em Moçambique. Maputo.
- MATAKALA, P., & MACUCULE, A. (1998). Alguns métodos de amostragem e diagnostic participativo para o uso em pesquisas e estudos de Maneio Comunitário de Recursos Naturais. FAEF, Maputo.
- MATAKALA, P. & MACUCULE, A. (1998). Tipos de amostragens. 2ed. Maputo. Moçambique.
- MATAKALA, P. (2000). Técnicas de Amostragens. 2ed. Maputo.
- MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. (1996). Técnicas de pesquisa: panejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas.
- MAE, (Ministério de Administração Estatal). (2011). Perfil do distrito de Govuro.
- MICOA, (Ministério Para a Coordenação da Acção Ambiental). (2003). Estratégia de Prevenção e Combate às Queimadas e Desmatamento. MICOA, Maputo.

MICOA, (Ministério Para a Coordenação da Acção Ambiental). (2005). Medidas de adaptação as mudanças climáticas. Maputo, Moçambique.

MICOA, (Ministério Para a Coordenação da Acção Ambiental). (2005). Avaliação das Experiências de Moçambique na Gestão de Desastres Climáticos. Maputo.

ODA, A. (1995). A guide to social analysis for projects in developing countries Overseas development administration. Crow.

OLIVEIRA, S. L. (1997). Tratado de metodologia científica: PROJETOS DE PESQUISAS, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira.

PIJNENBURG, B. & CAVANI, E. (2000). Métodos e técnicas de investigação socioeconómico. UEM/FAEF, Maputo.

PHILIPPI, Luiz Sérgio(2001). MINISTERIO DE MEIO AMBIENTE, A Construção do Desenvolvimento Sustentável.

RIZZINI *et al.* (1999). Pesquisando: guia de metodologia de pesquisa para programas sociais. Rio de Janeiro: EDUSU.

SILVA, R. (2013). Resiliência Comunitária contra os Desastres. Brasil.

SMITH, J. E. (2005). Handbook on Vulnerability and Adaptation Assessment.

TAVARES, C. & MARTINS, D. (2004). Metodologia da Investigação: A Observação. Brasil.

TWIGG, J. (2009). Características de uma comunidade resiliente aos desastres. 2ed. Londres: Latitude.

WALLER, M. A. (2001). Resilience in ecosystemic contex: Evolution of the concept. America.

HARGROVES, K. & SMITH, M. (2005). The Natural Advantage of Nations: Business Opportunities, Innovation and Governance.

APÊNDICES /ANEXOS

Apêndice1. GUIÃO DE ENTREVISTA PARA OS MEMBROS DO COMITÉ LOCAL DE GESTÃO DE RISCOS E CALAMIDADES DE GOVURO

Objectivo específico 1: *Identificar as acções levadas a cabo pelos comités no âmbito de gestão de riscos de calamidades.*

P₁: Nome do comité:

P₂: Quando é que o comité foi fundado e quem fundou?

P₃: O comité realiza encontros internos regulares para discussão de questões internas?

P₄: Nos vossos encontros tem convidado algum membro do governo distrital ou assistente de outra instituição?

P₅: O comité conhece algumas acções de GRC? Se sim, quais?

P₆: Os membros do comité colaboram no desempenho de actividades de GRC?

P₇: Tem colaborado com outras instituições, organizações, associações ou com a comunidade em geral no desempenho destas actividades?

P₈: Quais são as principais actividades desenvolvidas pelo comité na comunidade?

Objectivo específico 2: *Descrever os indicadores de sustentabilidade dos comités no âmbito de gestão de riscos de calamidades.*

P₉: O comité tem equipamento para responder em caso de ocorrência de um evento extremo?

P₁₀: Tem havido capacitações sobre GRC na comunidade? Si sim, quantas vezes recebem capacitação por mês?

P₁₁: Como são as relações entre vocês dentro e fora do comité?

P₁₂: Os membros do comité possuem conhecimentos sólidos sobre GRC?

P₁₃: O comité desenvolve alguma actividade de geração de renda?

Objectivo específico 3: *Identificar os constrangimentos e desafios dos CLGRC do distrito de Govuro no desempenho das suas actividades.*

P₁₄: Quais são os obstáculos que o comité enfrenta no desempenho das suas actividades?

P₁₅: Como tem ultrapassado estes obstáculos?

P₁₆: O comité possui material (Kit, mapa de ameaça e outros) necessário para a execução das suas actividades?

P₁₇: O comité recebe algum apoio do governo distrital e/ou de outras instituições?

P₁₈: Se sim, em que consiste o apoio?

P₁₉: Na sua opinião, quais são os desafios do comité local?

Apêndice 2. GUIÃO DE ENTREVISTA PARA AS COMUNIDADES GOVURO

Objectivo específico 1: *Identificar as acções levadas a cabo pelos comités no âmbito de gestão de riscos de calamidades.*

P₁: Identificação (Nome, idade e a quanto tempo vive na comunidade);

P₂: Conhece o comité local de GRC?

P₃: Se sim, tem acompanhado as actividades desenvolvidas por este comité?

P₄: Se sim, quais são essas actividades?

P₅: Essas actividades são importantes para si?

P₆: Caso as acções ou actividades de GRC sejam aprovadas sem consultarem a comunidade o que tem feito? Colabora?

P₇: Como é que fica a saber da realização de uma actividade/acção na comunidade?

P₈: Tem havido auscultações e informações a nível comunitário por parte dos membros do governo distrital ou outras instituições sobre os problemas de GRC?

Objectivo específico 2: *Descrever os indicadores de sustentabilidade dos comités no âmbito de gestão de riscos de calamidades.*

P₉: Conhece algum indicador de sustentabilidade dos comités? Se sim, qual?

P₁₀: Acha que com as actividades que o comité desenvolve, contribuem para a sua sustentabilidade?

P₁₁: Gostaria de deixar algum apelo ao comité? Se sim, qual é?

Objectivo específico 3: *Identificar os constrangimentos e desafios dos CLGRC do distrito de Govuro no desempenho das suas actividades.*

P₁₂: Quais as dificuldades que tem enfrentado na prossecução das acções com vista a GRC ao nível da comunidade?

P₁₃: Como são definidos os problemas e soluções locais no âmbito das GRC?

Apêndice 3. GUIÃO DE ENTREVISTA PARA O CONSELHO TÉCNICO DISTRITAL (CTD) LIGADO A GESTÃO DE RISCOS E CALAMIDADES (GRC)

Objectivo específico 1: *Identificar as acções levadas a cabo pelos comités no âmbito de gestão de riscos de calamidades.*

P₁: Identificação (Nome, instituição que trabalha e função que desempenha);

P₂: A quanto tempo trabalha no âmbito de GRC?

P₃: Já foram realizados encontros com os comités locais com vista a abordar assuntos relacionados a GRC? Se sim, quantos até actualmente?

P₄: Quais são as acções de GRC aprovados pelo governo local?

P₅: Qual tem sido o método de trabalho em contacto com os comités?

P₆: Quem toma as principais decisões sobre as acções de GRC?

Objectivo específico 2: *Descrever os indicadores de sustentabilidade dos comités no âmbito de gestão de riscos de calamidades.*

P7: Conhece algum indicador de sustentabilidade dos comités?

P8: Como é que avalia as actividades desenvolvidas pelo comité local?

P9: Acha que o comité local é sustentável?

P10: Como avalia a relação entre a comunidade e o comité local?

Objectivo específico 3: *Identificar os constrangimentos e desafios dos CLGRC do distrito de Govuro no desempenho das suas actividades.*

P11: Que avaliação faz do funcionamento deste comité, no concernente a GRC?

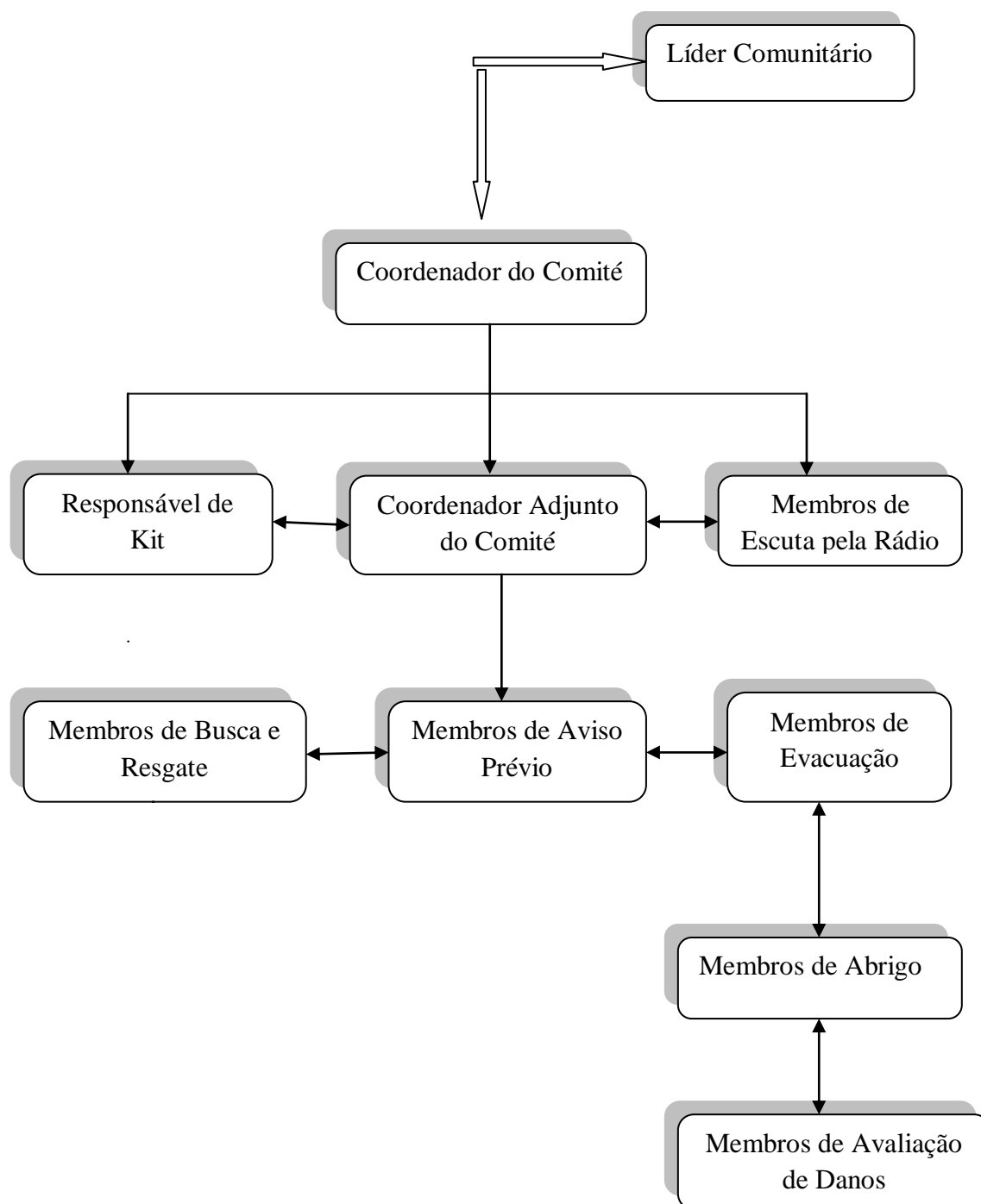
P12: Acha que as actividades que o comité desenvolve são abrangentes?

P13: Tem havido constrangimentos no decorrer das actividades com os comités? Se sim, quais?

P14: Tem acompanhado o desenvolvimento das acções dos comités?

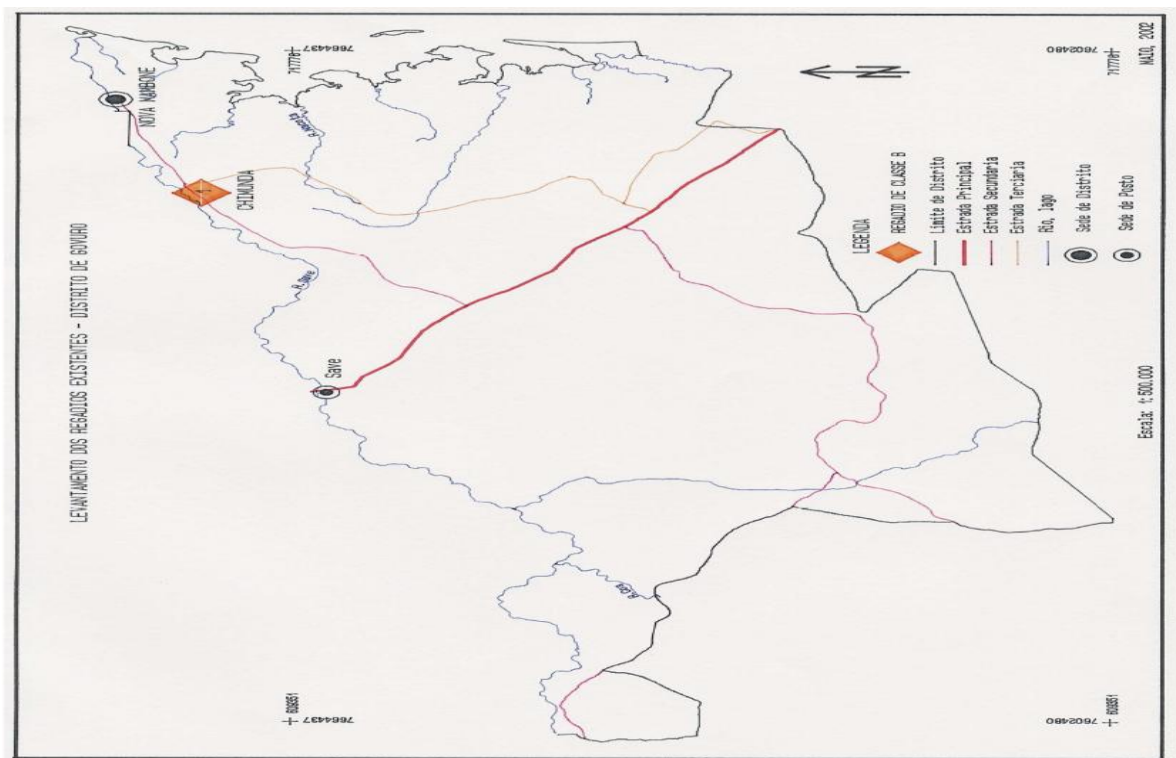
P15: Acha que o comité deve continuar a desenvolver as suas actividades da forma como tem feito até então, ou deve melhorar a sua forma de actuação?

Anexo 1: Estrutura de um CLGRC



Fonte: Conselho Técnico Distrital de Gestão de Riscos de Calamidades de Govuro.

Anexo 1: Representação e localização da área de estudo



Fonte: Adaptado a partir de DINAGECA